



Jornalismo e Jornalistas em Tempos de Reestruturação Produtiva: Reflexos do Pós-Fordismo e das Tecnologias Digitais na Atividade Profissional¹

Verônica Almeida de Oliveira Lima²

Vinícius Ramos Bezerra³

Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos, Campina Grande, PB
Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos, Campina Grande, PB e Faculdade Vale do Ipojuca, Caruaru, PE

Resumo

A proposta de pesquisa que aqui se apresenta tem caráter exploratório e objetiva entender as mudanças contemporâneas na rotina do profissional de jornalismo, levando em conta suas práticas cotidianas e condições de trabalho diante do regime de acumulação flexível e das novas tecnologias digitais de produção de linguagem. Acreditamos que haja relação entre a dinâmica capitalista pós-fordista e as novas ferramentas de comunicação introduzidas na vida profissional do jornalista. Esses dois pontos específicos afetaram diretamente não só o processo produtivo, mas criaram um novo tipo de trabalho e, conseqüentemente, um novo perfil de trabalhador, agora multimídia e preocupado não apenas com a audiência, mas também com os percursos midiáticos dessa audiência.

Palavras-Chave: jornalismo; multimídia; pós-fordismo

Introdução

Partindo da premissa de que, sob o regime de acumulação flexível em vigor, opera-se uma transformação na natureza do jornalismo (prática de produção) e do jornalista (o profissional da produção), este trabalho pretende analisar as mudanças pelas quais vem passando esta categoria profissional, do ponto de vista das rotinas de trabalho e perfil profissional. Tenta-se aqui relacionar as mudanças no jornalismo ocasionadas no último século com as mudanças nas dinâmicas do capitalismo conhecidas como fordismo e pós-fordismo. Para tanto, a pesquisa desenvolvida tem caráter exploratório.

Como acontece desde os primórdios da humanidade, o homem vive numa evolução constante em suas formas de comunicação que compreende aspectos técnicos e tecnológicos. Com o desenvolvimento da imprensa no século XVIII, é que surgem os

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba; coordenadora do curso de Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos – CESREI. veronicajornalista@yahoo.com.br

³ Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP e professor dos cursos de Publicidade e Propaganda do Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos – CESREI e da Faculdade Vale do Ipojuca – FAVIP. vinimidia@yahoo.com.br



profissionais especializados para a comunicação social, ou seja, os jornalistas, e equipamentos são criados para agilizar e propagar a informação na sociedade. Na continuidade desse processo evolutivo, a história do jornalismo e dos jornalistas encontra-se atrelada ao desenvolvimento de técnicas que constantemente inserem mudanças nas rotinas profissionais da categoria.

Alguns estudiosos, a exemplo de Pierre Lévy (1993) e Lúcia Santaella (2007), defendem a necessidade de se distinguir as lógicas culturais que marcaram cada época a partir da introdução de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) na sociedade. Segundo os autores, essas lógicas foram gradativamente se mesclando, se interconectando e apesar dessas fases surgirem de forma gradativa, uma não se sobrepõe a outra, mas se misturam de modo indissolúvel. Pierre Lévy adotou uma distinção que ele chama de três tempos do espírito: a oralidade primária, a escrita e a informática. Esta divisão está ligada, segundo o autor, à história das tecnologias intelectuais. Santaella, por sua vez, emprega a divisão em seis ciclos culturais: a cultura oral, a escrita, a impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias, a cibercultura. Esta divisão está baseada na gradativa introdução histórica de novos meios de produção, armazenamento, transmissão e recepção de signos na sociedade.

De acordo com a lógica apresentada por Santaella e Lévy, na atualidade estaríamos vivendo uma verdadeira mistura de linguagens que complexifica o cenário midiático vigente. A sociedade da informação (CASTELLS, 2000) é composta por novos meios de comunicação que permitem não só a irradiação, mas também a concentração das mensagens (KUMAR, 1997). Assim, com as novas tecnologias borra-se a linha divisória entre consumidor e produtor das mensagens midiáticas. Ligados ao computador, ao cabo e ao satélite, nasceu um novo modelo de comunicação que permite a segmentação e divisão de transmissores e receptores em unidades separadas e descontínuas. A atualidade vive uma nova relação com a informação que agora pode ser processada, selecionada, armazenada e recuperada para satisfazer as necessidades mais individualizantes.

Diante de uma ferramenta de comunicação inteiramente nova, vários reflexos ecoaram em torno dos meios de comunicação já consolidados, entre eles está o comportamento da audiência e, conseqüentemente, uma nova maneira de lidar com esse público receptor por parte das instituições emissoras. O processo que desencadeou as novas mídias determinou uma audiência segmentada, diferenciada que, embora maciça



em termos de números, não se constitui mais como uma audiência de massa em termos de simultaneidade e uniformidade da mensagem recebida. Outro ponto forte que deve ser tomado em associação com o último são as transformações que essa nova audiência de público vem trazendo ao perfil das linguagens que definem os diferentes profissionais de comunicação social, como, por exemplo, a campanha publicitária para o publicitário e a notícia para o jornalista.

Não é fácil definir o que é o jornalismo. Na sua essência, corresponde, predominantemente, à actividade profissional de divulgação mediada, periódica, organizada e hierarquizada de informações com interesse para o público. No entanto, as novas formas de jornalismo on-line, de jornais *a la carte*, de televisão interactiva, de participação dos cidadãos na elaboração de notícias, etc. colocam em causa alguns dos pressupostos do jornalismo tradicional. A noção de hierarquia da informação, nos jornais on-line, talvez seja melhor substituída pela noção de *itinerário do utilizador* no seu percurso pelas páginas e sites linkados na Internet. A noção de periodicidade, nos jornais on-line, talvez seja melhor substituída pela noção de banco de dados, permanentemente alimentado e permanentemente disponível. A própria noção do que é informação de interesse público é fluida e flexível. Um dos melhores exemplos talvez seja a justificação de uma televisão portuguesa (TVI) para colocar informações sobre o show do Big Brother no telejornal: tratava-se de um programa com muita audiência e, portanto, a informação sobre o que acontecia nesse programa seria de interesse público. De algum modo, em matéria de interesse público, talvez haja poucas diferenças entre a notícia de *fait-divers* do nascimento de um novo golfinho num oceanário e as notícias sobre o Big Brother. (SOUSA, 2006, p.193)

Nessa nova conjuntura cultural o grande desafio para o profissional de comunicação está relacionado ao ato de conhecer o perfil desse novo público receptor, que disponível de ferramentas de comunicação interativas e dialógicas passa a construir caminhos autônomos de coleta de informação tirando do emissor o poder de condução da informação controlada durante anos pelos *mass media*. A nova mídia não se apresenta mais como mídia de massa no sentido tradicional do envio de um número limitado de mensagens a uma audiência de massa. Devido à multiplicidade de mensagens e fontes, a própria audiência torna-se mais seletiva e escolhe suas mensagens, aprofundando sua segmentação, intensificando o relacionamento individual entre o emissor e o receptor. Assim, os meios de comunicação de massa estão sendo desafiados pela internet e por outras tecnologias de ação cada vez mais amplas de serviços de informação e entretenimento. Os *mass media* estão tendo que diversificar e



se adequar ao novo ambiente cultural da sociedade que exige cada vez mais participação e segmentação.

A profundidade das transformações que vem ocorrendo na sociedade desde o final do século XX fez emergir, segundo Castells (2000) uma sociedade em rede. Esta fase, segundo ele, representa um dos raros momentos da história, que começou a se configurar a partir do surgimento de novas tecnologias de comunicação e informação e da reestruturação do capitalismo mundial.

E são justamente as TICs e o pós-fordismo que vão desencadear mudanças profundas tanto na organização social de forma geral, como nas rotinas de trabalho e de trabalhadores. Essas mudanças estão sendo firmadas em um quadro global, uma vez que desde a década de 1990 os conglomerados de comunicação mundial passaram a enfrentar processos de reestruturação, deixando de se reportar a mercados internos para se dirigir a um mercado capitalista global. A partir dessa conjuntura, começa a ganhar contorno um novo desenho de institucionalização das mídias em geral. Entra-se na era das fusões, de concentração de propriedade e capital. Assim, a reestruturação das empresas de comunicação estão sendo construídas dentro da tensão entre o global e o local. Ou seja, apesar dessa força exterior que surge por força do global, essas mesmas empresas enfrentam questões que dizem respeito a rotinas, perfil organizacional e profissionais que estão dentro de outra realidade, local, particular.

É dentro desses moldes que este trabalho se justifica, uma vez que pretende lançar um olhar transversal diante das alterações da condição profissional e das práticas de trabalho do jornalista na construção da matéria, trazendo para a realidade local os reflexos de um novo regime de acumulação que se instaura de forma global. É buscando entender a relação entre sociedade, indivíduo, trabalho e avanço tecnológico, que tentaremos construir um panorama do mundo do trabalho na sociedade digital, culminando com o desafio de entender o perfil do trabalhador, neste caso, o jornalista, na contemporaneidade.

A Nova Face do Capitalismo: Tecendo a Flexibilidade

A década de 1970 marca a transição do regime fordista de acumulação para o que alguns autores definem como regime flexível de acumulação, ou pós-fordista. Harvey (1992) aponta o ano de 1973 como o marco do processo de transição nos países capitalistas avançados. O novo ciclo seria decorrência do esgotamento da capacidade de



resposta do fordismo-keynesiano à crise da superacumulação do final dos anos 1960. Ainda segundo o autor, toda transformação no regime de acumulação implica mudanças no modo de regulação, na organização do trabalho e vice-versa, de maneira que a etapa monopólica do capitalismo necessita reestruturar-se.

Assim, com a decadência do regime fordista, que teve como marca principal a rigidez do sistema produtivo, emerge o que Harvey (1992) chama de “acumulação flexível”. Para o autor, esse novo regime de acumulação se apóia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões do consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, altos graus de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Esse novo capitalismo também está marcado pelo movimento de compressão espaço-temporal onde os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1992).

Aos poucos, os alicerces do fordismo, como a indexação de salários e o caráter assistencial do Estado, vão sendo corroídos financeiramente. A mudança na estrutura do regime de acumulação também tem reflexos no paradigma industrial de organização do trabalho. De uma forma bastante sintética, José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (2004), apontam as principais transformações na esfera produtiva no mundo do trabalho contemporâneo:

Em um cenário crescentemente globalizado, de abertura de mercados e de forte competição internacional, as unidades produtivas de grande porte ficam mais “enxutas” e aumentam a produtividade (a chamada lean production);

A atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes/flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível;

A parcela do trabalho fora do “foco” principal da empresa passa a ser subcontratada a outras empresas (ou terceirizada);

O setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização nos contratos de trabalho;

Na esfera sociopolítica, os sindicatos passam a lutar para se desvencilhar de práticas marcadas pelo grande porte das empresas e pela falta de organização nos locais de trabalho, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização e a uma dificuldade de competir em velocidade e adequação aos impasses trazidos pelos novos tempos.



Junta-se a isso o desemprego e a informalização que corrompem grandemente o poder de agenciamento das instituições sindicais. (SANTANA & RAMALHO, 2004, p.10-11).

Um importante catalisador dessa aceleração da produção está na introdução de novas tecnologias produtivas. Apesar de recente, a Rede Mundial de Computadores (Internet), por exemplo, contribui para a consolidação do modelo de desenvolvimento pós-fordista. O avanço tecnológico torna-se fator essencial para a reestruturação do capitalismo em escala mundial (CASTELLS, 2000).

Para Harry Braverman (apud SANTANA & RAMALHO, 2004), o modo de produção capitalista destrói sistematicamente todas as habilidades à sua volta, dando origem a qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades. Nesse sentido, a modernização tecnológica produziria no processo de trabalho dois setores polarizados em termos de suas qualificações: de um lado, um setor altamente qualificado, em tamanho menor; e do outro toda uma massa de poucos qualificados. Essa situação se agrava com a introdução de novas tecnologias, que aumenta o setor de desqualificados.

Para Boaventura de Sousa Santos (2005), uma nova ordem capitalista global surge como consequência da sociedade da informação globalizada. Esse novo cenário capitalista é marcado pela escassez de trabalho, pela fraca mobilidade internacional de trabalhadores, pelo *apartheid* global, pela individualização do trabalho, por uma sociedade de atividades plurais composta por “trabalhadores temporários permanentes”.

Na atualidade, percebe-se que a transformação tecnológica e administrativa do trabalho em geral e das relações produtivas dentro e em torno de uma empresa, agora em rede, é, talvez, o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade. (CASTELLS, 2003).

Um dos reflexos dessas mudanças diante da sociedade informacional globalizada, refere-se, justamente, à reconfiguração do mercado de trabalho dos profissionais que lidam com a informação, pois, uma vez que toda uma estrutura no mundo do trabalho se redesenha em um mundo globalizado, não é de se estranhar que particularmente os profissionais dessa área venham sofrendo um impacto tão direto no desempenho de sua atividade e no seu perfil sócio-profissional.

No caso do jornalismo, a “recente” incorporação de novos recursos sócio-técnicos, como o computador e a Internet, vem causando mudanças significativas no



trabalho e no perfil sócio-profissional. Os reflexos desses impactos podem ser sentidos diante das consequências da evolução tecnológica nessa sociedade informacional, como por exemplo, o aumento contínuo da capacidade de captação, processamento, produção, acúmulo e partilha de informações, de forma cada vez mais rápida e dispersas no tempo e espaço. (PEREIRA *in* LEMOS & CUNHA, 2003).

É interessante lembrar que mudanças profissionais no universo jornalístico não são novidades. Os meios de comunicação, assim como seus profissionais, caminham lado a lado com as atualizações técnicas e tecnológicas que reconfiguram todo o tempo suas funções e atividades. Foi assim com os jornais diários, após o surgimento e expansão do rádio; com o próprio rádio, após a chegada da televisão e, agora, é a vez da Internet, que parece ter causado impactos como jamais vistos até então.

Assim, discussões em torno de temáticas como globalização, sociedade informacional, paradigma produtivo, relações de trabalho etc., tem muito a contribuir para o entendimento do momento em que se encontra o trabalho do jornalista. Trata-se de um segmento de trabalhador que como tal sofre as consequências da informatização e da flexibilização das relações de trabalho. Deste modo, é trazendo uma visão interdisciplinar que este trabalho se propõe a tratar questões como estas: Como a globalização, a informatização da sociedade, a emergência do paradigma produtivo flexível, repercutiram na condição profissional do jornalista? Que alterações têm trazido a inserção de recursos tecnológicos nas rotinas produtivas desse profissional? Qual o perfil profissional que se desenha na atualidade?

Questões como estas são pertinentes uma vez que a conjuntura histórica atual é permeada por cenários complexos que envolvem especialmente transformações no mundo do trabalho que, por sua vez, estão intimamente atreladas a problemática do conhecimento e da formação profissional face ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo global. Os elementos centrais dessa discussão, ao final, visam apontar a articulação entre conhecimento e mundo do trabalho, atentando para os modelos de formação vigentes.

O Desafio Emergente: A Reestruturação Produtiva no Jornalismo

Historicamente, o jornalismo é uma prática que constitui um dos elementos de formação da opinião pública. Dos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa, o



jornalismo herdou o papel de mediador, de intérprete dos fatos, eventos, fenômenos da atualidade considerados relevantes. Dominique Wolton (2003) afirma:

Do século XVI ao XVII, de fato, a imprensa favoreceu a emergência do modelo individual e a construção de um espaço público para a expressão e circulação de opiniões. Do século XIX ao XX, o telefone e depois o rádio e a televisão estiveram relacionados com o triunfo do individualismo e da democracia de massa. (WOLTON, 2003, p.15)

A transição do século XX para o século XXI ocorre marcada por transformações tão profundas na estrutura produtiva, especialmente das sociedades capitalistas ocidentais que, diante do exposto, é permitido, pelo menos, considerar a hipótese de se estar diante de uma revolução. São transformações que atingem a todos – indivíduos, sociedades, nações, estados – e todos os contextos sociais, embora com diferentes impactos. As implicações dessas mudanças sobre a atividade jornalística parecem aniquilar o papel histórico até então desenvolvido por este profissional para dar lugar as contingências impostas por uma organização institucional subordinada às regras e à lógica do desenvolvimento capitalista.

No Brasil, conheceu-se a imprensa tardiamente em relação às outras nações, inclusive latino-americanas. Foi só no século XIX, quando a família real portuguesa transferiu-se para a colônia, em 1808, que se teve a impressão e a circulação dos dois primeiros periódicos que inauguram a história da imprensa brasileira: o Correio Braziliense, feito em Londres por Hipólito José da Costa, e a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial produzido na Imprensa Régia sob rígido controle da Coroa. (MARTINS & LUCA, 2006).

De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006), o desenvolvimento técnico e organizacional da imprensa vai acompanhar, ao longo dos anos, os avanços e os recuos da ordem capitalista nos demais setores da economia nacional. Quando o cenário era de estagnação econômica, como na República Velha, essa estagnação se reproduziu na imprensa jornalística. Os jornais eram graficamente mal cuidados e editorialmente desinteressados das questões políticas, assim, mais ocupados com a própria sobrevivência do que com a formação de uma opinião pública. À medida que o desenvolvimento capitalista vai se acentuando, depois que se começam a colher os resultados das políticas inspiradoras da Revolução de 30, aprofundadas nos governos que se sucedem, esses avanços também se refletem na organização das empresas jornalísticas e na qualidade dos jornais.



Manuel Castells (2003, p.266) afirma que em “qualquer processo de transição histórica, uma das expressões de mudança sistêmica mais direta é a transformação da estrutura ocupacional, ou seja, das categorias profissionais e do emprego”. Com isso, verifica-se que a transição entre o pós-industrialismo e a sociedade informacional também sofreu impactos nesse campo, uma vez que nesta última “a fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimento, estendidos a todas as esferas da atividade econômica mediante o processamento da informação” (CASTELLS, 2003, p.267). Outro aspecto relacionado a essa nova economia está no fato de que ela aumentaria a importância de profissões com grande conteúdo de informação e conhecimento em suas atividades (CASTELLS, 2003). Sendo assim, ofícios como os de jornalistas, professores, administradores, economistas etc., teriam ou estariam sofrendo os impactos diretos dessa nova ambiência informacional.

Por sua vez, a acumulação flexível parece implicar em níveis de desemprego relativamente altos, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários e o retrocesso do poder sindical, sendo este último um dos pilares políticos do regime fordista. (HARVEY, 1992). As pessoas que visitarem hoje as redações de jornais impressos irão perceber como estas transformações podem ser visíveis. Profissionais que exerciam determinadas funções, hoje já não mais existem, ou foram incorporadas a outras, gerando um acúmulo de atividades.

Ainda quanto às rotinas de produção no jornalismo, entre muitas outras inovações, observa-se o surgimento do jornalismo on-line e a atualização das notícias em “tempo real”, um exemplo da compressão do espaço-tempo, característica da sociedade informacional. Por outro prisma, também se observa o movimento de convergência das mídias tradicionais (rádio, TV, jornal) para a rede mundial de computadores e desta para as mídias tradicionais. Quanto ao jornalista, emerge a figura do profissional multimídia, profissional com múltiplas habilidades, capaz de produzir informação com estrutura e linguagem apropriadas para todos os suportes técnicos. Assim, as redações ficaram mais “vazias”, ao mesmo tempo em que a introdução do computador agilizou a produção e exigiu dos profissionais novas competências na produção de linguagem.

Diante disso, sustenta-se aqui a hipótese de que as transformações técnicas e econômicas que atingem as organizações da mídia jornalística ao longo do tempo transformam não apenas a sua organização institucional, suas rotinas de produção e o



perfil dos jornalistas, como também a natureza do jornalismo e com isso a identidade sócio-profissional do jornalista. Por conta disso, a nova concepção de jornalismo em emergência no século XXI, distancia-se da idéia de mediação com retórica discussiva, papel herdado, como dito, no Iluminismo e na Revolução Francesa. Justamente pela necessidade de fornecer o máximo de informações precisas num tempo cada vez mais comprimido, o jornalista afasta-se da sua condição de mediador crítico, daquele que relata, explica, interpreta e analisa questões de interesse público para a sociedade, contribuindo para a formação da opinião pública. O padrão que parece se delinear é o de um jornalismo basicamente informativo, prestador de serviços, adaptado a lógica capitalista da corporação, um mediador de retórica técnico-objetivista.

Esses dois tipos de mediadores identificados acima, assim o são observando as duas características que o nomeiam. A primeira sendo a retórica, que vinculada a produção de linguagem midiática pode ser conceituada como técnica utilizada no desejo mesmo de se comunicar, o significante do significado (SILVERSTONE, 2005). A segunda refere-se a característica preponderante dessa retórica, ao seu aspecto de abordagem da notícia. Abordagem essa que na busca por definições as encontramos nos tipos de leitores a quem esses textos se destinam, ou seja, na investigação das diferentes abordagens de construção textual há que se levarem em consideração os diferentes tipos de leituras.

Santaella (2004) recapitula historicamente que desde os modelos bibliotecários da Idade Média até os dias atuais de comunicação hipermidiática, é possível traçar três tipos de leitores. O primeiro como sendo *contemplativo* ou *meditativo*, que surgiu proeminente nas bibliotecas que se instauravam pela Europa a partir do século XII. No silêncio solitário e traçar das linhas com os olhos compenetrados esse leitor constrói um tempo interior, tempo que vai além daquele necessário a pronúncia das palavras impressas. “Esse tipo de leitura nasce da relação íntima entre o leitor e o livro, leitura do manuseio, da intimidade, em retiro voluntário, num espaço retirado e privado” (*idem*, p.23).

O segundo tipo de leitor é aquele que surge com a urbanização, com a industrialização dos processos produtivos – incluindo os produtos de linguagem – com o elevado transitar de pessoas. Esse tipo de leitor, mais frenético e pertencente ao cenário urbano, é denominado de *leitor movente* ou *fragmentado*. Num cenário povoado de signos para serem vistos e decodificados numa velocidade estonteante, como



orientar-se? (*idem*, p.33) Como encontrar organização diante tamanho bombardear informativo? Talvez aqui encontremos o modelo de produção jornalístico acima definido como *retórico discussivo*. Os grandes meios de comunicação tiveram um papel definidor da sociedade no século XX; divulgando estilos, plantando pensamentos e atizando atitudes que configuraram a paisagem do último século. Embora falamos de uma escrita discussiva, não nos esqueçamos que essa discussividade é tão fugaz como é a sua intensa oferta diária, para um consumo com alguma permanência, ficando aqui não mais que alguma semelhança transitória com a escrita para o *leitor contemplativo*.

O terceiro tipo de leitor é aquele inserido num “ambiente de signos híbridos no qual imagens, gráficos, desenhos, figuras, palavras, textos, sons e mesmo vídeos misturam-se na constituição de uma metamídia complexa” (SANTELLA, 2004, p 144). A miríade de linguagens unidas numa única plataforma – possibilitada pela digitalização – e organizadas na tela brilhante do computador inaugura um novo tipo de leitor, talvez com encontros informativos ainda maiores que os anteriores, que não esbarra nos signos como o leitor *movente* ou *fragmentado*, e sim seleciona, busca, navega, constrói seu percurso discussivo diante dos nós que a ele são apresentados nas hipermídias das novas tecnologias. Aqui a escrita não configura-se apenas no desenhar de palavras bem estruturadas, mas também numa interação entre imagem, vídeo, áudio, animação e qualquer outra linguagem que venha a despontar no mundo digital. Essa conjunção é técnica e como toda *techné* compreende destreza, habilidade e conhecimento de construção. Por fim, o termo *objetivista* entra em associação com *técnica* não pela sua definição de objeto externo a mente, mas sim pelo caráter de útil, prático, já que é na prática da navegação pelos nós informativos entre as diversas linguagens que a mensagem da hipermídia é lida.

Sobre o exposto, Dominique Wolton (2003) lembra que a informação jornalística ou, como ele se refere, a informação-imprensa, foi colocada no século XVIII como o centro de nosso sistema de valores a liberdade e igualdade dos indivíduos, cujo corolário era o direito a informação. Para ele, a informação, ao longo dos séculos, foi resultado de luta, ligada a uma concepção de sociedade e de política. Porém, o autor explica que a informação jornalística atual, que tem origem em recursos multimídia, tem uma percepção bem mais instrumental e principalmente econômica, baseada muito mais em interesses e atributos econômicos do que em política ou em valores intangíveis. Na relação com os diversos tipos de leitores que observamos acima, podemos concluir que



os interesses econômicos associam-se as exigências da escrita que estiver na proeminência com esses leitores. Dominar a escrita hipermidiática passa a ser mais que uma aptidão “novidadesca”, torna-se um pré-requisito para o jornalista inserido na era das novas tecnologias do digital, ao mesmo tempo em que também entra em consonância com o modelo de acumulação flexível exigido pelo mercado empregatício.

Atualmente, o acúmulo de funções, a fusão e a supressão de algumas etapas no processo de produção do jornal ocorrem visando uma maior produtividade, o que é concernente com a lógica capitalista de acumulação. E como observa David Havey (1992), a flexibilização do trabalho tem consequências diretas na compressão espaço tempo. É importante ressaltar que apesar da lógica do processo de acumulação flexível ser algo quase inevitável, toda essa reestruturação ainda não é generalizada, ou seja, muitas destas empresas ainda não ingressaram na era flexível. Para este tipo de empresa, a entrada nesse novo regime depende, em grande parte, da adoção de novas ferramentas e estratégias de gestão, assim como a paulatina introdução de ferramentas multimídia. Assim, as diferenças regionais também devem ser consideradas ao pensar as reconfigurações profissionais desta categoria de trabalho e trabalhadores.

O profissional em jornalismo está diante de um mundo que agora se mostra diferente daquele que se tinha até pouco tempo atrás. Este profissional viu sua identidade, seu papel e até sua profissão mudar, acrescentando demandas, agregando outros conhecimentos técnicos e o obrigando a buscar outras especialidades. Desta forma, um novo profissional parece ter sido criado, com uma nova visão de mundo, com uma identidade mais fluida, com campo cognitivo aguçado, tendo ainda que lidar diretamente com os reflexos de uma sociedade globalizada, regionalizada e com uma comunicação agora não apenas horizontal, mas também pulverizada no emaranhado informativo das redes telemáticas.

Considerações Finais

A pesquisa objetivou traçar o panorama do profissional jornalista diante das transformações econômicas/produativas ocorridas durante o século XX, conhecidas como fordismo e pós-fordismo, com as exigências de produção de notícia encontradas com as linguagens digitais hipermidiáticas. É possível traçar um paralelo de semelhança entre a flexibilização de acumulação no mercado de trabalho – enquanto exigência não só para o jornalista, como também para todo profissional inserido na sociedade



informacional – e a exigência cognitiva de produção de linguagem multimídia, essa última como resultado da convergência possibilitada pelas tecnologias do digital. Essa semelhança aponta para uma descentralização tanto da produção econômica quanto da produção da notícia. Vemos novos mercados consumidores de ordem planetária em concorrência com os mercados tradicionais e locais. A notícia, após a internet, não possui limites geográficos nem linguísticos, concorre tanto com a produção realizada localmente quanto internacionalmente (é até impreciso apontar nacionalidade e internacionalidade na internet). A dinâmica pós-fordista exige uma capacitação pluralista do profissional. Exige que o trabalhador detenha o conhecimento não só de uma ação dentro do processo produtivo, mas também de uma rede de ações que agreguem conhecimento diante de todos os processos culminando, assim, numa flexibilidade na execução do trabalho. Igualmente encontramos essa característica no jornalista contemporâneo quando observamos que agora não é exigido deter apenas o conhecimento da construção textual para a produção da notícia, mas também o conhecimento de manipulação entre imagens, animações, vídeos, entre outros. Esse conhecimento politécnico das linguagens visa também uma construção mais pontual e objetivista diante dos novos leitores imersos nas telas dos computadores. O mesmo acontece com o politecnismo exigido do trabalhador pós-fordista que visa uma aproximação com menor riscos entre produtividade e lucro.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**; reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**; novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEMOS, André; CUNHA; Paulo. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.



LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP, 2006. (Coleção Paradidáticos)

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo – SP. Paulus, 2004.

_____. **Linguagens líquidas da era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. (Coleção passo-a-passo).

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o mundo**; os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 3ª edição. Tradução: Milton Camargo Mota. São Paulo – SP. Edições Loyola, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos medias**. 2ª edição, revista e ampliada. Biblioteca On-Line de Ciência da Comunicação, Cidade do Porto, Portugal, 2006.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2003.